



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 08/09/16

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado ROSON PEREIRA

para relatar.

Em 09/10

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DEP. EDSON FERREIRA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

DA MENSAGEM Nº 61/GG, DE 29 DE AGOSTO
DE 2016, que:

VETA PARCIALMENTE O PROJETO DE LEI
QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
VENDER TERRAS PÚBLICAS, INCLUÍDOS
IMÓVEIS DESAPROPRIADOS POR INTERESSE
SOCIAL, A PREÇOS SUBSIDIADOS, COM
VISTAS A FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL, E DA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS."

RELATOR: DEP. EDSON FERREIRA

I – RELATÓRIO

Apresento, nos termos dos arts. 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno, parecer onde examinamos a constitucionalidade do **veto parcial** do chefe do Poder Executivo sobre o Projeto de Lei que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A VENDER TERRAS PÚBLICAS, INCLUÍDOS IMÓVEIS DESAPROPRIADOS POR INTERESSE SOCIAL, A PREÇOS SUBSIDIADOS, COM VISTAS A FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portanto, saliento que devemos nos ater apenas sobre a análise do **veto parcial** a este Projeto de Lei.

Nesse caso específico, observamos que o veto incide sobre o art. 4º deste Projeto de Lei, que recebeu a seguinte redação:

"Art. 4º. A venda do imóvel ao empreendedor será precedida de avaliação e justificativa e de licitação na modalidade concorrência."

Sabe-se que a Constituição Federal no inciso XXVII do art. 22 afirma que a matéria relativas às modalidades licitatórias é de competência privativa da União, que neste exercício editou a Lei nº 8.666/93, cujo teor instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública em todos os níveis de governo.

Esta referida Lei nº 8.666/93, no inciso I do art. 17 estabeleceu previamente as hipóteses de dispensa de licitação para a alienação de imóveis públicos, e no caput do art. 25 previu a hipótese genérica de inexigibilidade de licitação, quando no caso concreto se mostrar a inviabilidade de competição. Desta forma, o legislador nacional previu nos dois dispositivos as hipóteses de vendas diretas, seja por dispensa ou por inexigibilidade.

Ademais, no art. 24 da mesma Lei nº 8.666/93, estão elencadas as hipóteses de dispensa de licitação, em virtude das mais diversas situações.

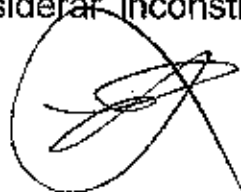
O art. 4º do Projeto de Lei análise contraria a Lei Federal, já que estabeleceu de forma categórica e absoluta, que a venda de terras públicas será precedida de licitação na modalidade concorrência, inviabilizando qualquer possibilidade de venda direta.

Corroborando com este veto parcial está a jurisprudência já pacificada do STF, na afirmação de que pode haver vendas diretas de imóveis públicos, desde que comprovadas as hipóteses de inexigibilidade ou de dispensa de licitação.

Eis o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Inicialmente devo ressaltar que a Constituição Estadual prevê ser de competência do chefe do Executivo a possibilidade de **vetar**, total ou parcial, os projetos que considerar inconstitucional ou contrário ao interesse público.



Assim, tendo sido exercido o direito constitucional de veto, é sabido também que do outro lado temos o dever apreciá-lo conforme determina os arts. 129 e 195 do Regimento Interno.

A Constituição Federal prevê o dever do veto nos termos do § 1º do art. 78.

Nesse caso, embora bem intencionado, a redação do art. 4º do Projeto de Lei contrariam o ordenamento jurídico pátrio, invadindo a esfera de competência privativa da União. Deste modo, tendo considerado todos esses elementos jurídicos, bem como todas as justificativas apresentadas pelo Exmo. Governador para o veto parcial deste Projeto de Lei, e não havendo, a meu ver, qualquer outro argumento jurídico para que não possa vetá-lo, manifesto-me pela manutenção do **VETO PARCIAL**.

Este é o meu parecer.

III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pela manutenção do veto ()

Pela rejeição ()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 18 de novembro de
2016.


DEP. EDSON FERREIRA – PSD
RELATOR

